BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Destacamos os seguintes fatos no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024:

Contexto econômico

O exercício fiscal de 2024 trouxe ajustes significativos no cenário global e local, com a Europa avançando em sua flexibilização monetária, enquanto os Estados Unidos mantiveram um cenário de incerteza, especialmente após as eleições. A China, por sua vez, continua enfrentando desafios de crescimento, com uma demanda interna fraca e persistentes desafios no setor imobiliário. No Brasil, o Banco Central manteve sua política monetária restritiva, elevando a taxa Selic para 12,25% ao ano, em um esforço contínuo para controlar as expectativas inflacionárias, embora a atividade econômica tenha permanecido resiliente.

No Brasil, o Banco Central elevou a taxa Selic para 12,25% ao ano no quarto trimestre de 2024, aprofundando o ciclo de aperto monetário iniciado no terceiro trimestre. Esse movimento é uma resposta às pressões inflacionárias, em que o IPCA projetado é de 4,6% para 2024 e 4,2% para 2025, acima da meta central de 3,0%. A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) foi motivada pela necessidade de ancorar as expectativas de inflação, que permanecem desalinhadas com o objetivo do Banco Central, além de conter os riscos de descontrole fiscal e os impactos de um cenário externo ainda volátil. A alta da Selic deverá impactar diretamente o custo do crédito, encarecendo o financiamento para famílias e empresas, o que poderá moderar o consumo, diminuir o poder de compra das famílias, bem como frear os investimentos corporativos enquanto a política monetária restritiva continuar ativa. No entanto, a atividade econômica segue mostrando resiliência, com o PIB revisado para 3,0% em 2024, impulsionado principalmente pela demanda interna, que se beneficia de um mercado de trabalho ainda aquecido e de níveis elevados de confiança do consumidor. Para 2025, as projeções de crescimento foram ajustadas para 2,0%, refletindo os efeitos cumulativos da política monetária restritiva e a expectativa de queda nos preços das *commodities*, que impactam negativamente as exportações brasileiras. O *déficit* primário do governo central foi revisado para 0,5% do PIB em 2024, acima da meta inicial, devido ao aumento de gastos públicos e à desaceleração das receitas. Apesar de o governo ter se beneficiado de receitas extraordinárias no início do ano de 2024, a trajetória fiscal permanece incerta, com sinais de expansão dos gastos e pressões políticas para aumentar investimentos e transferência de recursos a programas sociais, o que pode continuar gerando pressões inflacionárias e levar o Banco Central a continuar aumentando a SELIC ao longo de 2025.

Essa dinâmica fiscal expansionista tem elevado o prêmio de risco exigido pelos investidores para alocar recursos no Brasil, refletindo preocupações com a sustentabilidade da dívida pública e a possibilidade de uma taxa terminal de juros ainda mais alta no futuro. A taxa de câmbio, por consequência, tem enfrentado pressões de desvalorização, impulsionada pela saída de capitais e pela percepção de risco país elevado.

No bloco europeu, a economia mostrou sinais de estabilização no quarto trimestre, com inflação em trajetória descendente e uma leve recuperação na confiança dos consumidores. O Banco Central Europeu (BCE) deu continuidade ao processo de flexibilização monetária, reduzindo a taxa de juros em 0,25 ponto percentual, refletindo a melhora nos indicadores econômicos e na desaceleração da inflação. A projeção de crescimento do PIB para 2024 foi ajustada para 0,8%, com expectativas de uma recuperação gradual em 2025, impulsionada por políticas monetárias e fiscais mais acomodativas. A inflação no bloco está projetada em 2,2% para 2024, próximo da meta do BCE, o que abre espaço para novos cortes de juros no próximo ano.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED) manteve sua política monetária restritiva, com a taxa de juros permanecendo em patamares elevados. A inflação, que encerrou o ano em 2,3%, ainda está acima da meta de 2%, mas mostra sinais claros de desaceleração. O mercado de trabalho continua resiliente, embora com leve desaceleração, o que mantém o FED cauteloso em relação a cortes mais agressivos. O crescimento do PIB em 2024 foi revisado para 2,1%, refletindo a força da economia americana, mas com incertezas persistentes em relação ao impacto das políticas monetárias restritivas no médio prazo.

Na China, a economia continuou a enfrentar desafios no quarto trimestre, com o crescimento do PIB anualizado revisado para 4,7%, abaixo das expectativas iniciais. A demanda interna permanece fraca, com dados varejistas e inflacionários abaixo do esperado. O setor imobiliário, ainda em crise, continua a pressionar as finanças públicas e a classificação de crédito do país. Em resposta, o governo anunciou um novo pacote de estímulos fiscais e monetários, visando impulsionar a demanda interna e estabilizar o setor imobiliário. No entanto, as incertezas sobre o modelo de crescimento econômico do país persistem, com riscos significativos para as finanças públicas e a estabilidade financeira. A inflação na China está projetada em 1,8% para 2024, refletindo a fraqueza da demanda e os desafios estruturais da economia.

Desempenho dos negócios

A área de Mercado de Capitais apresentou volume recorde de emissões no ano, somando R$10,5 bilhões distribuídos em 57 operações de dívida. No exercício, a área manteve o forte ritmo, aproveitando a contínua demanda dos emissores por instrumentos de dívida e um apetite maior do investidor de renda fixa pelo mercado primário.

A área de tesouraria para clientes (*Treasury Sales & Structuring*) encontrou boas oportunidades de negócios ao longo de 2024, fruto da diversificação das suas fontes de receita através de novos produtos a clientes, bem como pela forte atividade do mercado de dívida primário, que propiciou o fomento do negócio de derivativos e produtos estruturados. No ano de 2024, a área estruturou mais de R$74 bilhões em derivativos e câmbio.

A área de *Wealth Management* mostrou uma grande capacidade de escalar seus negócios ao longo de 2024, com a prospecção e integração de grandes clientes. Ao final de dezembro de 2024, o *Wealth Under Advisory* atingiu R$ 4,7 bilhões, um crescimento de 108% em relação ao final de dezembro de 2023.

Desempenho financeiro

O total de ativos do Banco fechou o exercício de 2024 em R$14,8 bilhões e o patrimônio líquido com R$ 676,3 milhões. O resultado de intermediação financeira, no segundo semestre de 2024, alcançou R$ 74,3 milhões e R$ 206 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O Banco obteve um prejuízo de R$ 7,3 milhões no segundo semestre de 2024 e lucro líquido de R$ 11 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

O Banco não possui política formal de reinvestimento por parte de seus acionistas e todos os reinvestimentos até aqui verificados foram deliberados pelos acionistas através de AGO/AGE. A distribuição de dividendos ocorre de acordo com o previsto no Estatuto Social do Banco, conforme deliberações dos acionistas em sede de AGO/AGE.

O Banco contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pelo Grupo BR Partners, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A., emitida em 13 de fevereiro de 2025.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**12.161.609**	**9.368.301**
Disponibilidades	5	**405**	**12.370**
Instrumentos financeiros		**12.082.779**	**9.307.520**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	445.620	52.981
Títulos e valores mobiliários	7a	10.271.761	8.203.137
- Carteira própria		1.903.578	2.199.349
- Vinculados a compromisso de recompra		7.995.113	5.667.922
- Vinculados à prestação de garantias		373.070	335.866
Instrumentos financeiros derivativos	8a	210.791	104.227
Carteira de câmbio	12	1.139.273	943.937
Operações de crédito	9a	30.209	3.686
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9a	(14.875)	(448)
Outros ativos	10	**78.425**	**48.411**
- Rendas a receber		3.496	8.011
- Diversos		73.304	38.803
- Despesas antecipadas		1.625	1.597
Não circulante		**2.625.893**	**1.164.229**
Realizável a longo prazo		**2.601.983**	**1.135.887**
Instrumentos financeiros		**2.198.169**	**726.381**
Títulos e valores mobiliários	7a	1.330.192	536.734
- Carteira própria		1.330.192	536.734
Instrumentos financeiros derivativos	8a	805.977	106.784
Operações de crédito	9a	62.580	84.255
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9a	(580)	(1.392)
Outros ativos	10	**328.547**	**394.373**
- Rendas a receber		1.142	288
- Diversos		327.158	393.464
- Despesas antecipadas		247	621
Créditos tributários	14b	**75.267**	**15.133**
Imobilizado de uso		**21.408**	**20.441**
Intangível		**18.486**	**18.486**
(-) Depreciação e amortização		**(15.984)**	**(10.585)**
Total do ativo		**14.787.502**	**10.532.530**

Passivo	Nota	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**10.799.455**	**8.687.171**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**10.660.156**	**8.554.182**
Recursos de clientes	11	1.312.063	1.287.832
Recursos de operações compromissadas	11	8.056.208	5.680.720
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	36.279	502.525
Carteira de câmbio	12	1.139.273	943.937
Instrumentos financeiros derivativos	8a	116.333	139.168
Provisões		**32.634**	**86.439**
Sociais e estatutárias	15d	–	36.550
Fiscais e previdenciárias	13a	6.605	16.619
Diversas	13b	26.029	33.270
Obrigações fiscais diferidas	14b	**106.665**	**46.550**
Não circulante		**3.311.741**	**1.156.256**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**3.310.916**	**1.156.256**
Recursos de clientes	11	1.341.711	789.269
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	1.805.278	105.158
Instrumentos financeiros derivativos	8a	163.927	261.829
Provisões		**825**	–
Diversas	13b	825	–
Patrimônio líquido		**676.306**	**689.103**
Capital social	15a	590.591	565.091
Reservas de lucros		95.035	127.539
Ajustes de avaliação patrimonial		(9.320)	(3.527)
Total do passivo e patrimônio líquido		**14.787.502**	**10.532.530**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º semestre de 2024	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Receitas da intermediação financeira		**652.117**	**1.249.248**	**1.093.449**
- Operações de crédito e outros créditos		13.698	36.900	40.941
- Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		34.464	19.281	1.239.851
- Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8f	587.291	1.148.417	(181.704)
- Resultado de operações de câmbio		16.664	44.650	(5.639)
Despesas da intermediação financeira		**(577.787)**	**(1.043.222)**	**(925.190)**
- Operações de captação no mercado		(562.527)	(1.030.144)	(922.045)
- (Provisão)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(15.260)	(13.078)	(3.145)
Resultado bruto da intermediação financeira		**74.330**	**206.026**	**168.259**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(89.502)**	**(188.745)**	**(123.789)**
- Receitas de prestação de serviços	17a	12.669	40.135	24.358
- Rendas de tarifas bancárias		2	4	12
- Despesas de pessoal	17b	(40.819)	(88.247)	(74.656)
- Despesas administrativas	17c	(51.609)	(101.107)	(62.233)
- Despesas tributárias		(5.086)	(12.963)	(15.571)
- Outras receitas	17d	5.125	7.793	4.461
- Outras despesas	17e	(9.784)	(34.360)	(160)
Resultado operacional		**(15.172)**	**17.281**	**44.470**
- Resultado não operacional		(440)	(221)	1.655
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**(15.612)**	**17.060**	**46.125**
Imposto de renda e contribuição social	14a	**9.393**	**(3.409)**	**3.384**
- Imposto de renda		729	729	(5.883)
- Contribuição social		583	583	(7.630)
- Impostos diferidos		8.081	(4.721)	16.897
- Participações estatutárias no lucro	17f	(1.045)	(2.645)	(2.182)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios		**(7.264)**	**11.006**	**47.327**
Número de ações (em milhares)		590.591	590.591	565.091
Lucro/(prejuízo) por ação – R$		(0,0123)	0,0186	0,0837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 *(Em milhares de reais)*

	2º semestre de 2024	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios	**(7.264)**	**11.006**	**47.327**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	**(4.545)**	**(5.793)**	**352**
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda			
- Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda	(8.264)	(10.533)	640
- Efeitos tributários	3.719	4.740	(288)
Resultado abrangente do semestre/exercícios	**(11.809)**	**5.213**	**47.679**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 *(Em milhares de reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	2º semestre de 2024	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios		**(7.264)**	**11.006**	**47.327**
Ajustes para:				
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(5.260)	(16.369)	(2.343)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		15.260	13.079	3.145
Provisão para contingências		78	162	158
Despesas de depreciação e amortização		2.882	5.401	4.357
Impostos diferidos		(11.800)	(19)	(16.610)
Despesas com juros de letras financeiras subordinadas		21.357	25.511	165
Resultado na baixa de imobilizado		4	4	61
Lucro líquido ajustado		**15.257**	**38.775**	**36.260**
Variações de ativos e obrigações operacionais				
Diminuição/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		377.084	(392.639)	(52.981)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários – negociação		(730.564)	(1.650.553)	(1.185.859)
(Aumento)/diminuição em instrumentos financeiros derivativos		(510.994)	(926.494)	328.121
Diminuição/(aumento) em operações de crédito		(6.459)	(4.848)	35.475
(Aumento) em operações de câmbio ativa		(388.465)	(195.336)	(943.937)
(Aumento) em outros ativos		(264.284)	35.812	(309.096)
Aumento em depósitos		200.410	576.673	731.895
Aumento/(diminuição) em provisões		6.451	(47.507)	57.669
(Diminuição)/ aumento em captações no mercado aberto		778.643	2.375.488	697.305
(Diminuição)/ aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		479.611	843.258	74.988
Aumento em carteira de câmbio passivo		388.889	195.336	939.588
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.052)	(5.098)	(20.965)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**343.527**	**842.867**	**388.463**
Atividades de investimento				
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(1.017.111)	(1.658.341)	(679.329)
Baixa de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		335.317	441.019	246.904
Aquisição de imobilizado de uso		(154)	(1.583)	(776)
Aplicações no ativo intangível		–	–	(5.767)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos		**(681.948)**	**(1.218.905)**	**(438.968)**
Atividades de financiamento				
Aumento de capital social		–	25.500	10.891
Emissão de letras financeiras subordinadas		372.900	372.900	72.600
Pagamento de juros de letras financeiras subordinadas		(3.640)	(7.186)	–
Pagamento de dividendos em 2024	15d	(43.510)	(43.510)	–
Juros sobre capital próprio	15d	–	–	(43.000)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**325.750**	**347.704**	**40.491**
Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**(12.671)**	**(28.334)**	**(10.014)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios		7.816	12.370	20.041
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		5.260	16.369	2.343
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	5	405	405	12.370
Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**(12.671)**	**(28.334)**	**(10.014)**
Juros recebidos		844.331	1.236.819	826.401
Juros pagos		(984.835)	(1.386.180)	(656.957)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua …

BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

		Reservas de Lucros				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**554.200**	**6.988**	**116.223**	**(3.879)**	**–**	**673.532**
Aumento de capital social	10.892	–	–	–	–	10.892
Ajuste a valor de mercado de TVM	–	–	–	352	–	352
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	47.327	47.327
Destinação do lucro líquido						
- Constituição de reservas	–	2.366	1.961	–	(4.327)	–
- Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(43.000)	(43.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**565.092**	**9.354**	**118.184**	**(3.527)**	**–**	**689.103**
Aumento de capital social	25.500	–	–	–	–	25.500
Ajuste a valor de mercado de TVM	–	–	–	(5.793)	–	(5.793)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	11.006	11.006
Destinação do lucro líquido						
- Constituição de reservas	–	550	–	–	(550)	–
- Dividendos pagos em 2024	–	–	(33.054)	–	(10.456)	(43.510)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**590.592**	**9.904**	**85.130**	**(9.320)**	**–**	**676.306**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco"), tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio. O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. e indiretamente pela BR Advisory Partners Participações S.A. e pela BR Partners Holdco Participações S.A.. As operações são conduzidas no conjunto das empresas integrantes do Grupo BR Partners. A matriz do Banco está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN").

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

3. Políticas contábeis

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional do Banco e, também, a sua moeda de apresentação.

b. Conversão de moedas estrangeiras

A Resolução CMN nº 4.924/2021, facultou a utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. As receitas e as despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal e reconhecida no resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimentos de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculados "*pro-rata*" com base na taxa efetiva das operações. Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

e. Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados de acordo com as seguintes categorias:

i. Títulos para negociação

São títulos e valores mobiliários ("TVM") adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, apresentados no ativo circulante independente de suas datas de vencimento e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado, de acordo com a Circular nº 3.068/2001.

ii. Títulos disponíveis para venda

Aqueles não enquadrados nem como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos em contas de resultado quando da efetiva realização.

iii. Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

f. Instrumentos financeiros derivativos e *Hedge Accounting*

Derivativos

A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Grupo aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer as tolerâncias do Comitê de Gestão do Grupo BR Partners às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos ("*mark-to-market (MtM)*"). As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela Diretoria e área de riscos. As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco ("*hedge*") ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros para *hedge* de carteira, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *Hedge Accounting* estão registrados no Banco, classificado como *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações, operando com contratos futuros de DI e DAP, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo. Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Banco determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Para avaliar a eficácia da estratégia, o Banco adota a metodologia do "*dólar offset method*", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

O Banco mantém estrutura de *hedge* de valor justo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme evidenciado na nota explicativa 8g.

g. Valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consistem, principalmente, em títulos para negociação e disponíveis para venda, incluindo derivativos. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

h. Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos inerentes à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e pelas diretrizes do Bacen. As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro-rata* dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. É vedado o reconhecimento no resultado do exercício de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão constituída e controladas em contas de compensação por cinco anos, não mais figurando no balanço patrimonial e, caso ocorra algum recebimento, os ganhos são reconhecidos no resultado. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos é estimada com base em análise das operações e dos riscos específicos apresentados em cada carteira.

i. Tributos sobre o lucro

• Tributos correntes

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo, considerando o objeto social para exercer a atividade financeira durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social	20%
PIS	0,65%
COFINS	4%

A provisão para imposto de renda para instituição financeira é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

• Tributos diferidos

Os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 14c, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e IN BCB nº 319 do Bacen.

i. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii. Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando os assessores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chance de perda classificadas como possível são divulgados em termos de quantidade e valores nas notas explicativas.

k. Depósitos e demais instrumentos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro–rata*" dia.

l. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações com partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

m. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

n. Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente é aquele correspondente as atividades típicas do Banco e tem previsibilidade de ocorrer com frequência, também nos exercícios futuros (nota 17h).

4. Gerenciamento de Risco

No curso normal de suas operações, o Banco é exposto a diversos riscos financeiros e esses riscos são divididos em: mercado, crédito, liquidez e capital. As políticas de gestão de risco do Banco visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios do Banco. Esses riscos contam com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e *Compliance*, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos ("*ALCO*") e Comitê de *Underwriting*, observando-se suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos. A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Diretoria, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

A Gestão de Capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital (índice de Basileia) seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico. As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são: o Banco e os fundos de investimento exclusivos: Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM") e BR Partners Capital.

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR) – (a)	**1.077.498**	**747.889**
Nível I	**833.550**	**675.124**
Capital principal	613.508	675.124
Capital complementar	220.042	–
Nível II	**243.948**	**72.765**
Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital	243.948	72.765
Exposição total ponderada pelo risco – (b)	**5.992.233**	**4.117.764**
Risco de Crédito	3.812.736	2.527.930
Risco de Mercado	1.750.868	1.254.485
Risco Operacional	428.629	335.349
Índice de Basileia – (a/b)	**17,9%**	**18,2%**
Capital de Nível I	13,9%	16,4%
Capital de Nível II	4,0%	1,8%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Bacen (10,5%).

b. Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas devido às flutuações adversas dos preços, taxas de mercado, ações e mercadorias ("*commodities*"), sobre as posições da carteira do Banco. Define-se o gerenciamento de risco de mercado como o processo contínuo de identificação, mensuração, avaliação, mitigação, monitoramento e o reporte das exposições decorrentes de posições detidas em câmbio, taxas de juros, ações e mercadorias ("*commodities*"), com o objetivo de mantê-las dentro dos limites regulatórios e gerenciais que são estabelecidos nos respectivos comitês e reportado à Diretoria. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: *VaR* ("*Value at Risk*"), análise de sensibilidade e *Stress Testing*. O *IRRBB* ("*Interest Rate Risk of Banking Book*") é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira *banking*. Os riscos da carteira *banking* são apurados e reportados mensalmente através da metodologia Delta NII, conforme estabelecido pelo regulador e diariamente é controlado seu limite através das abordagens de valor econômico ("*Economic Value of Equity*" – *EVE*), além da análise de sensibilidade, tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de *Stress Testing*. A análise de sensibilidade para as operações sujeitas a risco de mercado inicia-se classificando estas operações de acordo com suas características (respectivos fatores de risco), na carteira de não negociação ("*Banking*") ou na carteira de negociação ("*Trading*"). Para a carteira *Trading*, utiliza-se como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros ("DV01"), observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco. A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão dos ativos ("carteira de crédito") e passivos ("carteira de captação") do Banco. A carteira *Banking* utiliza como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros, observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco.

A Política de Risco de Mercado, anualmente revisada, define a estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Esta política indica os princípios gerais do gerenciamento do risco de mercado e tem como objetivo estabelecer a tolerância das exposições, de modo à efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição ao risco de mercado.

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros.

O Banco avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com relação aos contratos com cliente.

d. Risco de liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa do Banco dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos do Banco quanto fatores externos. O caixa do Banco é gerenciado de forma centralizada pela área de Tesouraria. O controle do risco de liquidez no Banco é realizado pela área de Riscos e pelo *ALCO* por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML ("Reserva Mínima de Liquidez"), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 ("noventa") dias e a aplicação de cenários de *stress* nas condições de liquidez do Banco.

e. Risco cambial

O Banco está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos, Euro e Iene. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao Dólar, Euro ou ao Iene, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do exercício não apresentaria nenhuma variação significativa em Reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

5. Disponibilidades

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Depósitos bancários – Banco Itaú	1	1
Reservas livres	381	1.914
Disponibilidades em moedas estrangeiras (1)	23	10.455
Total (2)	**405**	**12.370**

(1) Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no *JP Morgan Chase Bank New York* e *JP Morgan AG Frankfurt*.

(2) Os saldos apresentados na rubrica de "Disponibilidades" representam a totalidade de "Caixa e Equivalentes de Caixa" considerados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

continua …

BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em posição financiada no valor de R$ 445.620. Essas operações refere-se as revendas a liquidar de posição com títulos públicos relacionados a Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) no montante de R$ 437.103 (R$ 52.981 em 31 de dezembro de 2023), e aplicações em moedas estrangeiras de prazo fixo de R$ 8.517 em 31 de dezembro de 2024 (sem posição em 2023).

7. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do Bacen, nas categorias para negociação e disponível para venda. Os saldos da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

a. Resumo da carteira

			Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Títulos e Valores Mobiliários	**Valor de Custo**	**Ganhos (Perdas) não realizados**	**Valor de mercado/ Contábil**	**Valor de mercado/ contábil**
- Carteira própria	3.324.427	(90.657)	3.233.770	2.736.083
- Vinculados a compromisso de recompra	8.528.370	(533.257)	7.995.113	5.667.922
- Vinculados à prestação de garantias	396.065	(22.995)	373.070	335.866
Total da carteira	**12.248.862**	**(646.909)**	**11.601.953**	**8.739.871**
Segregação por categoria:				
Títulos para negociação	9.805.746	(629.960)	9.175.786	7.526.481
Títulos disponíveis para venda	2.443.116	(16.949)	2.426.167	1.213.390
Total por categoria	**12.248.862**	**(646.909)**	**11.601.953**	**8.739.871**

b. Títulos para negociação

			Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
	Valor de Custo	**Ganhos (Perdas) não realizados**	**Valor de mercado/ contábil**	**Valor de mercado/ contábil**
Carteira própria				
Títulos públicos				
- Nota do Tesouro Nacional – NTN-B (1)	771.230	(60.415)	710.815	1.221.923
- Letras do Tesouro Nacional – LTN (1)	282.350	(17.715)	264.635	–
- Nota do Tesouro Nacional – NTN-F (1)	46.025	(4.571)	41.454	–
Títulos privados				
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (4)	1.265	(31)	1.234	77.988
- Debêntures (5)	443	(10)	433	442
- Certificado de Recebíveis do Agronegócio (6)	–	–	–	10.053
Cotas de fundos de investimento				
- Cotas de Fundos de Investimentos (2)	610.500	(260)	610.240	583.470
- Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (3)	23.697	(611)	23.086	37.210
Vinculados a compromisso de recompra				
- Nota do Tesouro Nacional – NTN-B (1)	7.525.408	(501.078)	7.024.330	4.915.260
- Letras do Tesouro Nacional – LTN (1)	178.676	(18.295)	160.381	–
- Debêntures (5)	1.209	(27)	1.182	138.757
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (4)	43.768	(1.360)	42.408	150.939
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (6)	68.348	(3.921)	64.427	54.574
Vinculados a prestação de garantias				
- Nota do Tesouro Nacional – NTN-B (1)	28.162	(2.411)	25.751	335.865
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (4)	118.527	(9.408)	109.119	–
- Debêntures (5)	106.138	(9.847)	96.291	–
Total	**9.805.746**	**(629.960)**	**9.175.786**	**7.526.481**

c. Títulos disponíveis para venda

			Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
	Valor de Custo	**Ganhos (Perdas) não realizados**	**Valor de mercado/ contábil**	**Valor de mercado/ contábil**
Carteira própria				
Títulos Privados				
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (4)	117.505	(57)	117.448	90.261
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (6)	782	(52)	730	16.774
- Debêntures (5)	442	(13)	429	16.896
- Cédula do Produto Rural (7)	75.267	(502)	74.765	49.904
- Nota Comercial (8)	72.543	(130)	72.413	148.094
Cotas de Fundos de Investimento				
- Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (3)	1.303.209	(6.290)	1.296.919	441.117
- Fundos de Investimento Imobiliário	–	–	–	41.949
- Cotas de Fundos de Investimentos	19.169	–	19.169	–
Vinculados a operações compromissadas				
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (4)	639.754	(6.897)	632.857	225.721
- Debêntures (5)	40.980	(734)	40.246	170.911
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (6)	30.227	(945)	29.282	11.763
Vinculados a prestação de garantias				
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (4)	107.328	(432)	106.896	–
- Debêntures (5)	35.910	(897)	35.013	–
Total	**2.443.116**	**(16.949)**	**2.426.167**	**1.213.390**

(1) Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“SELIC”) do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.

(2) As cotas de fundo de investimento são representadas pelo Total FIM, sendo administrado pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. no total de R$ 568.350 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 557.822 em 31 de dezembro de 2023). O restante são cotas de fundos de investimentos imobiliários listados e não listado em Bolsa no montante de R$ 41.890 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 25.648 em 31 de dezembro de 2023). O valor da aplicação em cotas do fundo reflete o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período. O Total FIM é constituído sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade por meio de oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira e renda variável, derivativos e *commodities* de forma que o Fundo fique exposto a vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial.

(3) As aplicações em Cotas de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios refletem o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período, e são ajustados por efeito da marcação a mercado apurado de acordo com a metodologia interna do Banco.

(4) Os Certificados de Recebíveis Imobiliários estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (“B3 S.A.”), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(5) As debêntures estão registradas na B3 S.A., sendo remuneradas a 100% do IPCA + cupom de juros.

(6) Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio estão custodiados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos da B3 S.A., cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(7) As Cédulas do Produto Rural estão registradas na B3 S.A. e sua valorização está atrelada ao CDI.

(8) As Notas Comerciais estão registradas em câmaras de liquidação e custódia autorizadas a funcionar pelo Bacen, e são remuneradas de acordo com a variação do DI + taxa de juros prefixadas.

Composição por prazo de vencimento do papel

					Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023
	Sem Vencimento	**Até 3 meses**	**De 4 a 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Valor de mercado**	**Valor de mercado**
Carteira própria	1.976.756	264.650	69.852	76.113	846.399	3.233.770	2.736.083
Vinculados a operações compromissadas	–	–	408.433	3.555.192	4.031.488	7.995.113	5.667.922
Vinculados à prestação de garantias	–	–	–	12.538	360.532	373.070	335.866
Total	**1.976.756**	**264.650**	**478.285**	**3.643.843**	**5.238.419**	**11.601.953**	**8.739.871**

Reclassificação

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários.

8. Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição por indexador

			Saldo em 31/12/2024	
		Ativo		**Passivo**
	Valor a receber	**Valor nominal**	**Valor a pagar**	**Valor nominal**
Swap	**802.941**	**9.132.761**	**(170.417)**	**3.770.578**
- IPCA x CDI	41.008	357.838	(5.569)	44.280
- CDI x Dólar	19.888	410.087	(7.318)	24.673
- CDI x IPCA	607.118	6.608.427	(77.126)	2.455.377
- CDI x CDI	2.328	111.465	–	–
- CDI x Pré	129.684	1.581.558	–	–
- IPCA x Pré	2.776	32.950	–	–
- Pré x CDI	139	30.436	(80.404)	1.246.248
NDF	**196.356**	**5.048.660**	**(107.118)**	**2.411.358**
Termo de moeda	**152.775**	**4.259.104**	**(70.332)**	**1.805.055**
- Dólar x Pré	151.034	3.078.120	(560)	33.713
- Pré x Dólar	170	1.143.146	(68.657)	1.748.314
- Pré x Iene	443	14.810	(1.115)	23.028
- Iene x Pré	1.128	23.028	–	–
Termo de commodities	**43.581**	**789.556**	**(36.786)**	**606.303**
- Commodities	43.581	789.556	(36.786)	606.303
Opções	**17.471**	**399.736**	**(2.405)**	**321.863**
- Compras de opções de compra	17.111	269.975	–	–
- Compras de opções de venda	360	129.761	–	–
- Vendas de opções de compra	–	–	(1.829)	35.985
- Vendas de opções de venda	–	–	(576)	285.878
Futuros	**–**	**15.486**	**(320)**	**196.134**
Posição vendida	**–**	**15.486**	**(320)**	**196.134**
- DAP	–	–	(320)	196.134
- DI1	–	15.486	–	–
Total	**1.016.768**	**14.596.643**	**(280.260)**	**6.699.933**

			Saldo em 31/12/2023	
		Ativo		**Passivo**
	Valor a receber	**Valor nominal**	**Valor a pagar**	**Valor nominal**
Swap	**110.772**	**2.902.628**	**(292.922)**	**5.432.397**
- IPCA x CDI	36.096	210.205	–	–
- CDI x Dólar	31.142	449.054	(214)	69.725
- CDI x IPCA	40.079	1.840.332	(246.889)	4.585.748
- CDI x CDI	–	–	(2.010)	111.465
- Dólar x CDI	–	–	(36.043)	200.000
- Pré x CDI	3.442	372.787	(56)	12.756
- CDI x Pré	13	30.250	(7.710)	452.703
NDF	**98.664**	**5.087.931**	**(104.673)**	**3.033.853**
Termo de moeda	**45.655**	**4.594.668**	**(54.210)**	**2.409.430**
- Dólar x Pré	11.826	2.401.174	(48.627)	1.316.458
- Pré x Dólar	33.800	2.191.949	(5.583)	1.092.972
- Pré x Euro	29	1.545	–	–
Termo de commodities	**53.009**	**493.263**	**(50.463)**	**624.423**
- Commodities	53.009	493.263	(50.463)	624.423
Opções	**1.545**	**103.238**	**(3.402)**	**52.100**
- Compra de opções de compra	232	54.088	–	–
- Compra de opções de venda	1.313	49.150	–	–
- Venda de opções de venda	–	–	(3.402)	52.100
Futuros	**30**	**112.011**	**–**	**–**
Posição vendida	**30**	**112.011**	**–**	**–**
- DAP	24	31.955	–	–
- DI1	6	80.056	–	–
Total	**211.011**	**8.205.807**	**(400.997)**	**8.518.350**

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A., são representadas por títulos públicos federais e totalizam R$ 7.268 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 6.992 em 31 de dezembro de 2023), registradas como vinculados à prestação de garantias.

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

			Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023
	Valor de custo	**Ganhos/ (Perdas) não realizados**	**Redutor de risco de crédito**	**Valor de mercado**	**Valor de mercado**
Ativo					
- Swap	92.354	715.349	(4.762)	802.941	110.772
- NDF	197.560	(44)	(1.160)	196.356	98.664
- Opções	7.125	10.511	(165)	17.471	1.545
- Futuros	–	–	–	–	30
Total	**297.039**	**725.816**	**(6.087)**	**1.016.768**	**211.011**
Passivo					
- Swap	(311.850)	141.107	326	(170.417)	(292.922)
- NDF	(107.034)	(181)	97	(107.118)	(104.673)
- Opções	(8.283)	5.876	2	(2.405)	(3.402)
- Futuros	(320)	–	–	(320)	–
Total	**(427.487)**	**146.802**	**425**	**(280.260)**	**(400.997)**

c. Composição por vencimentos

	Até 3 meses	**De 4 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2023**
Ativo						
- Swap	4.960	7.019	167.954	623.008	802.941	110.772
- NDF	126.182	55.160	4.224	10.790	196.356	98.664
- Opções	9.244	8.227	–	–	17.471	1.545
- Futuros	–	–	–	–	–	30
Total	**140.386**	**70.406**	**172.178**	**633.798**	**1.016.768**	**211.011**
Passivo						
- Swap	(130)	(17.623)	(14.234)	(138.430)	(170.417)	(292.922)
- NDF	(53.305)	(42.696)	(2.744)	(8.373)	(107.118)	(104.673)
- Opções	(322)	(2.083)	–	–	(2.405)	(3.402)
- Futuros	–	(174)	(146)	–	(320)	–
Total	**(53.757)**	**(62.576)**	**(17.124)**	**(146.803)**	**(280.260)**	**(400.997)**

d. Valor referencial por local de negociação

	Bolsas	**Balcão**	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2023**
Swap	–	12.903.339	12.903.339	8.335.025
NDF	–	7.460.018	7.460.018	8.121.783
Opções	–	721.599	721.599	155.338
Futuros	211.620	–	211.620	112.011
Total	**211.620**	**21.084.956**	**21.296.576**	**16.724.157**

e. Valor referencial por contraparte

	Pessoa jurídica	**Outros**	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2023**
Swap	12.903.339	–	12.903.339	8.335.025
NDF	7.460.018	–	7.460.018	8.121.783
Opções	721.599	–	721.599	155.338
Futuros	–	211.620	211.620	112.011
Total	**21.084.956**	**211.620**	**21.296.576**	**16.724.157**

f. Resultado com instrumentos financeiros derivativos por produto

		2º Semestre de 2024			Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023
	Receita	**Despesas**	**Resultado do semestre**	**Receita**	**Despesas**	**Resultado do exercício**	**Resultado do exercício**
Swap	614.811	(95.141)	519.670	1.264.127	(304.675)	959.452	(49.064)
NDF	4.824	(5.952)	(1.128)	6.135	(7.847)	(1.712)	(129.678)
Opções	51.583	(46.579)	5.004	82.292	(62.017)	20.275	(912)
Futuros	556.296	(492.551)	63.745	1.110.124	(939.722)	170.402	(2.050)
Total	**1.227.514**	**(640.223)**	**587.291**	**2.462.678**	**(1.314.261)**	**1.148.417**	**(181.704)**

g. Derivativos designados como *Hedge Accounting*

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a estratégia de *hedge* de valor justo consiste na utilização de contratos futuros para mitigar as exposições de taxas de juros das captações prefixas e pós-fixadas. Os instrumentos designados para a relação de *hedge*, por sua vez, são futuros de DI e IPCA (DAP).

			Saldo em 31/12/2024
Estratégia	**Instrumento de hedge valor de mercado (1)**	**Objeto de hedge valor de mercado**	**Ajuste a mercado acumulado do objeto de hedge registrado no resultado (2)**
Risco de taxa de juros			
Hedge de Captações (3)			
- Captações prefixadas	(134.088)	163.812	–
- Captações pós-fixadas	(378.686)	396.116	2.158
Total	**(512.774)**	**559.928**	**2.158**

			Saldo em 31/12/2023
Estratégia	**Instrumento de hedge valor de mercado (1)**	**Objeto de hedge valor de mercado**	**Ajuste a mercado acumulado do objeto de hedge registrado no resultado (2)**
Risco de taxa de juros			
Hedge de Captações (3)			
- Captações prefixadas	(250.480)	232.896	644
- Captações pós-fixadas	(190.660)	222.260	1.855
Total	**(441.140)**	**455.156**	**2.499**

(1) O Grupo utiliza contratos futuros de DI e DAP, negociados na B3 S.A., como instrumento de proteção relacionado ao risco de taxa de juros das captações prefixadas e pós-fixadas selecionadas para *hedge*. Os ajustes diários relacionados aos contratos futuros estão registrados na rubrica de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

(2) Saldos apresentados em base acumulada para fins de comparação da variação do valor justo dos instrumentos versus objeto de *hedge*.

(3) Captações prefixadas e pós-fixadas registradas na rubrica de “Recursos de clientes”, relacionadas ao produto de Certificado de Depósito Bancário (“CDB”).

h. Valor de compensação dos derivativos

Não há contratos nos quais o Grupo ou contraparte tenham o direito de compensar as quantias a receber e a pagar dos contratos separados em caso de inadimplência.

continua …

BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

a. Composição por operações e por nível de risco

Níveis de risco	AA	A (0,50%)	B (1,00%)	H (100%)	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Operações de crédito						
- Empréstimos e títulos descontados	–	63.109	14.903	–	78.012	87.941
Outros Ativos financeiros						
- Títulos e outros valores a receber [1]	331.448	42.702	–	–	374.150	416.301
- Outros créditos	–	–	–	14.777	14.777	–
Total	**331.448**	**105.811**	**14.903**	**14.777**	**466.939**	**504.242**
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	–	**(529)**	**(149)**	**(14.777)**	**(15.455)**	**(1.840)**

[1] Refere-se a Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), registrados na rubrica de "Outros Ativos" (vide nota explicativa 10).

b. Composição por setor de atividade

Setor Privado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Outros Serviços	461.527	496.797
Pessoas Físicas	5.412	7.445
Total	**466.939**	**504.242**

c. Composição por vencimento

Parcelas vencidas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
De 31 a 60 dias	14.777	–
Total	**14.777**	–

Parcelas vincendas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
De 1 a 30 dias	3.659	1.822
De 31 a 60 dias	4.089	1.617
De 61 a 90 dias	3.600	1.632
De 91 a 180 dias	11.957	4.925
De 181 a 365 dias	39.119	16.527
Acima de 365 dias	389.738	477.719
Total	**452.162**	**504.242**

d. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(171)**
Constituição	(1.968)
Reversão	299
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(1.840)**
Constituição	(14.789)
Reversão	1.174
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(15.455)**

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com fianças prestadas registrado no passivo foi de R$ 791 (R$ 1.225 em 31 de dezembro de 2023).

e. Renegociação e recuperação de créditos baixados para prejuízo

Não houve renegociação e/ou recuperação de operações de crédito nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Outros ativos

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Cédula de crédito imobiliário (Nota 9a)	374.150	416.301
Imposto de renda e contribuições a compensar	16.139	11.353
Serviços prestados a receber	4.638	8.205
Despesas antecipadas	1.872	2.215
Depósitos em garantia [1]	715	636
Pagamentos a ressarcir	305	99
Valores a receber de partes relacionadas	86	67
Adiantamentos e antecipações salariais	89	49
Outros valores	8.978	3.859
Total	**406.972**	**442.784**

[1] Valor referente a depósito de caução sobre o contrato de aluguel de imóvel utilizado pelo Banco corrigido ao índice de caderneta de poupança no montante de R$ 593 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 554 em 31 de dezembro de 2023) e depósitos judiciais trabalhistas no montante de R$ 122 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 82 em 31 de dezembro de 2023).

11. Depósitos, captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Recursos de clientes						
- Depósitos a Prazo [1]	502.295	699.299	918.180	76.791	2.196.565	1.725.258
- Depósitos Interfinanceiros [2]	110.469	–	346.740	–	457.209	351.843
Recursos de operações compromissadas						
- Títulos públicos [3]	7.113.234	–	–	–	7.113.234	4.832.669
- Títulos privados [3]	942.974	–	–	–	942.974	848.051
Recursos de aceites e emissão de títulos						
- Letras de Crédito Imobiliário [4]	–	–	–	2.709	2.709	260.604
- Letras de Crédito do Agronegócio [5]	8.751	34	–	–	8.785	45.790
- Letras Financeiras [6]	4.892	22.602	1.338.579	–	1.366.073	228.524
- Letras Financeiras Subordinadas [7]	–	–	–	243.948	243.948	72.765
- Letras Financeiras Capital Complementar [8]	–	–	–	220.042	220.042	–
Total	**8.682.615**	**721.935**	**2.603.499**	**543.490**	**12.551.539**	**8.365.504**

[1] Para os Certificados de Depósito Bancário ("CDB") prefixado, a taxa de remuneração está entre 9,80% a 14,68% a.a. e para os CDB pós-fixado a taxa de remuneração está entre 97,2% a 113,8% do DI, 100% DI + 0,09% a 1,37% a.a. e IPCA + 4,36% e 9,18% a.a..

[2] Para os Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") pós-fixado, a taxa de remuneração está entre 100% do DI e 100% do DI + 0,85% a 1,13%.

[3] Para as operações compromissadas atreladas aos títulos públicos ("NTN-B", "NTN-F" e "LTN") a taxa de remuneração é de 12,15% a.a. e para os títulos privados ("Debêntures", "CRI", "CRA" e "CCI") a taxa de remuneração média é de 95% do DI.

[4] Para as Letras de Crédito Imobiliário ("LCI") pós-fixados, a taxa de remuneração 100% do DI + 1%.

[5] Para as Letras de Crédito do Agronegócio ("LCA") pós-fixados, a taxa de remuneração está entre 89% a 97% do DI.

[6] Para as Letras Financeiras ("LF") prefixado, a taxa de remuneração está entre 11,62% a 13,95% a.a., e para pós-fixado a taxa de remuneração está entre 112% a 113% do DI, 100% do DI + 0,48% a 1,66% e 100% do IPCA + 6,57% e 6,65% a.a..

[7] Para as Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital ("LFSN") prefixado, a taxa de remuneração é de 11,38%, e para pós-fixado a taxa de remuneração está entre 100% a 109% do DI + 1% e 100% do IPCA + 6,39% a.a..

[8] As Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, elegíveis a composição do capital complementar, são remuneradas por taxas pós-fixadas em 100% do DI + 2,50% a.a..

As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2024.

12. Carteiras de câmbio

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Carteira passiva		
- Obrigações sobre câmbio comprado a liquidar – exportação [1]	1.139.273	943.937
Total	**1.139.273**	**943.937**

[1] O montante de R$ 1.139.273 refere-se a contrato de câmbio comprado a liquidar, cuja liquidação foi realizada no dia 2 de janeiro de 2025.

13. Provisões

a. Fiscais e previdenciárias

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Impostos e contribuições de terceiros a recolher	3.885	12.519
Impostos e contribuições sobre salários	2.554	2.084
Provisão para ISS	39	384
Outros	127	574
Provisão para PIS e COFINS	–	1.058
Total	**6.605**	**16.619**

b. Diversas

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesas de pessoal	20.660	24.658
Outras despesas administrativas	1.768	3.560
Provisão para contingências (Nota 17g)	1.368	1.206
Provisão para garantias financeiras	791	1.029
Resultado de exercícios futuros	1.773	2.266
Outros pagamentos	494	551
Total	**26.854**	**33.270**

14. Imposto de renda e contribuição social

a. Tributação sobre o resultado

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro, deduzido das participações nos lucros	14.415	14.415	43.944	43.944
Alíquota (25% IR e 20% CS)	(3.604)	(2.883)	(10.962)	(8.789)
Adições/(exclusões) permanentes	2.429	(663)	14.103	7.996
Adições/(exclusões) temporárias	(2.010)	(1.608)	(1.394)	(1.115)
Marcação a mercado – TVM e derivativos	33.397	26.718	(7.993)	(6.395)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(30.212)	(21.564)	–	–
Total do imposto de renda e contribuição social	**–**	**–**	**(6.246)**	**(8.303)**
Ativo fiscal diferido	32.222	23.172	1.394	1.115
Passivo fiscal diferido	(33.397)	(26.718)	7.993	6.395
Recuperação de impostos exercícios anteriores	729	583	363	673
Total do imposto de renda e contribuição social	**(446)**	**(2.963)**	**3.504**	**(120)**

b. Composição e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos passivos diferidos:

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa da Administração de apuração de lucros tributáveis futuros para realização do referido crédito tributário.

Ativo Diferido	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização/ (Baixa)	Saldo em 31/12/2024
Diferenças temporárias	12.246	14.009	(10.390)	15.865
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	–	67.205	(15.430)	51.775
MtM de títulos disponíveis para venda	2.887	9.654	(4.914)	7.627
Total dos créditos tributários	**15.133**	**90.868**	**(30.734)**	**75.267**

Passivo Diferido	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização/ (Baixa)	Saldo em 31/12/2024
Resultado líquido positivo sobre TVM	46.550	71.216	(11.101)	106.665
Total dos créditos tributários	**46.550**	**71.216**	**(11.101)**	**106.665**

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

Descrição	Previsão de realização	Valor presente
2025	26.237	23.464
2026	14.819	11.851
2027	20.241	14.477
2028	6.929	4.432
2029	658	377
A partir de 2030	6.383	2.570
Total	**75.267**	**57.171**

O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média de captação do DI de 0,9353% em 31 de dezembro de 2024 (0,9701% em 31 de dezembro de 2023).

Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 590.591 (quinhentos e noventa milhões e quinhentos e noventa e um mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao valor de R$ 1 (um real) cada uma. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 590.591 (R$ 565.091 em 31 de dezembro de 2023).

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 foram destinados R$ 550 totalizando um saldo de R$ 9.904 (R$ 2.366 totalizando um saldo de R$ 9.354 em 31 de dezembro de 2023). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

c. Reserva especial

A reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Ao fim de cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente à totalidade do lucro líquido ajustado, podendo a diretoria informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade em Assembleia Geral, deixar de distribuir lucros ou reter em reservas conforme a situação financeira do Banco.

O Banco também poderá, a qualquer tempo, *ad referendum* da Assembleia Geral, levantar balanços em períodos menores em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, declarar e pagar dividendos intermediários, intercalares ou juros sobre capital próprio à conta de lucros do exercício corrente ou reserva de lucros de exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco realizou a distribuição de dividendos no montante de R$ 43.510 (com liquidação financeira ocorrida em 26 de dezembro de 2024) e, em 31 de dezembro de 2023, apurou juros sobre capital próprio a pagar ao seu acionista controlador BR Partners Participações Financeira Ltda., no montante bruto de R$ 43.000 (líquido de R$ 36.550). Os valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados na rubrica "Sociais e estatutárias" do balanço patrimonial.

16. Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

As operações entre partes relacionadas são majoritariamente em produtos de captação do Banco e as transações entre partes relacionadas abaixo foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Valores a receber/(pagar)				
- BR Advisory Partners Participações S.A.	–	480	–	423
- BR Partners Mercados de Capitais Ltda.	72	286	67	–
- BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda.	–	290	–	–
- BR Partners Corretora de Seguro Ltda.	–	180	–	–
- BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	14	2250	–	2.051
- BR Partners Participações Financeira Ltda. (NE 15d)	–	–	(36.550)	–
- BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.	–	82	–	72
- BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	–	190	–	158
- BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.	–	82	–	72
- BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.	–	82	–	72
- BR Partners Outlet Brasília S.A.	–	82	–	72
- BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.	–	82	–	72
- BR Partners Pet S.A.	–	82	–	72
Total	**86**	**4.168**	**(36.483)**	**3.064**
Títulos e valores mobiliários				
- BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	15.600	600	–	1.561
- BR Partners Mercados de Capitais Ltda.	–	1.342	7.579	79
- BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda.	30.910	1.436	15.360	160
- BR Partners Holdco Participações S.A.	–	1.694	–	659
Total	**46.510**	**5.072**	**22.939**	**2.459**
Captações				
- BR Partners Holdco Participações S.A.	(1.250)	(41)	(369)	(366)
- BR Advisory Partners Participações S.A.	–	(20)	–	(25)
- BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	(3.282)	(372)	(6.228)	(1.820)
- BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.	(3.209)	(242)	(1.981)	(224)
- BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	(8.373)	(444)	(1.668)	(513)
- BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.	(2.681)	(172)	(1.428)	(176)
- BR Partners Participações Financeiras Ltda.	(444)	(36)	(176)	(57)
- BR Partners Outlet Brasília S.A.	(3.054)	(257)	(1.500)	(187)
- BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.	(780)	(122)	(3.176)	(341)
- BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.	(791)	(237)	(848)	(230)
- BR Partners Corretora de Seguro Ltda.	(1.294)	(153)	(96)	(3)
- BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda.	(4.856)	(380)	(1.751)	(81)
- BR Partners Mercados de Capitais Ltda	(8.055)	(604)	(9.776)	(897)
- BR Partners Pet S.A.	(3.273)	(308)	(1.991)	(190)
- Pessoas chave da Administração [1]	(5.353)	(653)	(2.357)	(220)
Total	**(46.695)**	**(4.041)**	**(33.345)**	**(5.330)**

[1] Refere-se a operações com Membros do Conselho de Administração e Diretoria com aplicações em LCI, LCA e CDB.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração e encargo do pessoal-chave da Administração são representados pela sua diretoria estatutária e encontra-se registrada na linha despesas de pessoal.

	2º Semestre de 2024	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Pró-labore	12.240	24.508	18.372
Encargos sociais	2.448	4.902	3.674
Total	**14.688**	**29.410**	**22.046**

c. Outras informações

São consideradas como partes relacionadas:

• Diretores e membros dos conselhos administrativos do Banco, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; e

• Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10% do capital social no Banco.

17. Outras informações

a. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre de 2024	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Comissões e colocação de títulos	9.544	34.434	22.600
Gestão carteiras de terceiros	1.784	3.316	–
Rendas de garantias prestadas	1.107	1.962	1.758
Outros serviços	234	423	–
Total	**12.669**	**40.135**	**24.358**

b. Despesas de pessoal

	2º Semestre de 2024	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Proventos	15.253	35.155	33.990
Encargos	7.491	17.194	14.960
Benefícios	5.143	9.321	6.547
Honorários	12.240	24.508	18.372
Outros	692	2.069	787
Total	**40.819**	**88.247**	**74.656**

continua …

BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Despesas administrativas

	2º Semestre de 2024	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesas de processamento de dados	4.942	9.341	10.115
Despesas de serviços técnicos especializados	10.800	18.643	7.206
Despesas de serviços de terceiros	18.745	42.012	17.817
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.245	2.509	2.487
Despesas de aluguéis	3.660	7.158	7.816
Despesas de comunicações	2.263	4.146	3.547
Despesas de propaganda e publicidade	1.680	2.155	1.170
Despesas com amortização e depreciação	2.883	5.402	4.357
Despesas de viagem	1.407	2.350	2.177
Despesas de promoções e relações públicas	1.180	1.896	1.414
Despesas de condomínio	918	1.864	1.610
Despesas de manutenção e conservação de bens	401	618	484
Despesas de água, energia e gás	125	253	259
Despesas de serviços de segurança e vigilância	99	198	185
Despesas de publicações	63	125	126
Despesas de material	140	274	121
Despesas de transportes	124	247	156
Despesas de seguro	71	254	299
Outras despesas	863	1.662	887
Total	**51.609**	**101.107**	**62.233**

d. Outras receitas

	2º Semestre de 2024	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Recuperação de despesas [1]	2.448	4.850	3.634
Rendas de aplicações no exterior	2.330	2.330	–
Reversão de provisões	220	220	368
Outras	127	393	459
Total	**5.125**	**7.793**	**4.461**

[1] Recuperação de despesas relacionadas a *Cost Sharing Agreement* com empresas do Grupo BR Partners.

e. Outras despesas

	2º Semestre de 2024	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesa de provisão passiva – contingência	78	162	160
Variação cambial	9.706	34.198	–
Total	**9.784**	**34.360**	**160**

f. Participações estatutárias no lucro

O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados em seus sindicatos.

As premissas gerais do programa consistem basicamente no resultado do Banco e avaliações individuais de competências de seus colaboradores. O montante registrado no segundo semestre de 2024 foi de R$ 1.045 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 2.645 (R$ 2.182 em 31 de dezembro de 2023).

O funcionário dispensado sem justa causa tem direito a extensão da assistência médica conforme cláusula prevista na convenção coletiva de trabalho do Sindicato dos Bancários.

g. Passivos contingentes

Provisões tributárias

No Banco não há registro de processo judicial de natureza passiva no âmbito tributário para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Provisões cíveis

No âmbito cível não existem processos cujo risco seja provável ou possível em 31 de dezembro de 2024.

Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024 as ações trabalhistas classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda possível foi de R$ 164 (R$ 735 em 31 de dezembro de 2023). Os processos trabalhistas classificados como perda provável estão registrados sob o montante de R$ 1.368 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.206 em 31 de dezembro de 2023).

h. Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente é aquele correspondente as atividades típicas do Banco e tem previsibilidade de ocorrer com frequência, também nos exercícios futuros. Com base nesse regramento, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes:

	2º semestre de 2024	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(4)	(4)	(4)
Rendas de sublocação de imóvel	348	594	1.640

i. Garantias, Avais e Fianças

Os avais e fianças prestados são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda. São concedidos créditos por meio de Avais e Fianças conforme quadro a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fianças bancárias prestadas	157.168	223.672
Provisão para garantias financeiras prestadas	(791)	(1.029)
Total	**156.377**	**222.643**

j. Normas emitidas e ainda não aplicáveis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

*** Resolução CMN nº 4.966/2021, Resolução BCB nº 352/2023 e demais normas correlatas**

As referidas normas estabeleceram novos critérios contábeis para instrumentos financeiros, definindo diretrizes específicas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. As exigências dessas normas entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 (com exceção dos critérios de contabilidade de *hedge,* prevista para 1º de janeiro de 2027), e os principais impactos, considerando o contexto de negócios do Banco, estão demonstrados a seguir:

• **Classificação de instrumentos financeiros**: os instrumentos financeiros serão classificados de acordo com a análise do teste de SPPJ (Somente Pagamentos de Principal e Juros) e o modelo de negócios da Instituição. Além disso, a Instituição deverá determinar se os instrumentos financeiros possuem característica de concessão de crédito, devendo-se proceder a reclassificação para categoria de Valor Justo no Resultado (VJR) ou Custo Amortizado (CA).

o **Teste de SPPJ**: refere-se aos fluxos de caixa futuros de um ativo financeiro que são exclusivamente compostos pelo pagamento do valor principal e dos juros sobre esse valor.

o **Modelo de negócios**: com base no modelo de negócios adotado para a gestão dos instrumentos financeiros e, com base nas características contratuais dos fluxos de caixa, a Instituição determinará a nova classificação dos instrumentos financeiros ativos e passivos.

Após a aplicação de ambos os critérios, os instrumentos financeiros serão classificados de acordo com as novas categorias, a saber:

o **Custo Amortizado ("CA"):** Ativos financeiros geridos com o objetivo de obter fluxos de caixa exclusivamente compostos por pagamentos de principal e juros (Teste de SPPJ);

o **Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"):** Ativos financeiros que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores. Os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

o **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** Ativos financeiros geridos tanto para obtenção de fluxos de caixa compostos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPPJ) quanto para venda. São mensurados a valor justo, sendo que os ganhos e perdas não realizados são registrados em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários. Os passivos financeiros, por sua vez, devem ser classificados e mensurados ao custo amortizado, exceto em casos específicos (como instrumentos derivativos), em que são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, sem possibilidade de reclassificação.

O Banco estima que as reclassificações com base nas alterações normativas não resultarão em impactos significativos.

• **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**: os critérios para determinação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram alterados pela Resolução BCB nº 352. O Banco, em sendo instituição pertencente ao segmento S4 da regulamentação prudencial do Banco Central do Brasil, passará a utilizar a metodologia simplificada de apuração de provisão para perdas. Essa metodologia estabelece pisos mínimos de provisão para os instrumentos financeiros adimplidos e inadimplidos. Para fins de determinação dos níveis de provisão, o Banco deverá segregar os instrumentos financeiros elegíveis por meio de carteiras definidas como C1, C2, C3, C4 ou C5, cujas diferenças estão relacionadas as características das operações e respectivas garantias associadas. As provisões para perdas incorridas são calculadas de acordo com os pisos das carteiras, levando-se em consideração os meses em atraso, sendo que o cálculo da provisão adicional para perdas esperadas, considera-se as carteiras e os dias em atraso, limitado até 90 (noventa) dias.

O Banco estima que o impacto das alterações provenientes dos critérios para apuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, líquido dos efeitos tributários, será de aproximadamente 0,59% do patrimônio líquido apurado em 31 de dezembro de 2024. Os ajustes provenientes da adoção inicial dessas normas, serão computados em conta de "Lucros Acumulados" no patrimônio líquido.

• **Taxa efetiva de juros**: os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos contabilmente com base no método da taxa efetiva de juros, que considera os custos e receitas adicionais à operação no momento da sua originação ou aquisição. Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será equalizado ao valor contábil bruto do ativo ou passivo financeiro. Os custos de transação e os valores recebidos serão reconhecidos no resultado durante a vida contratual dos instrumentos financeiros.

Considerando que a aplicação da metodologia de taxa efetiva de juros é prospectiva, não haverá impacto patrimonial na abertura dos saldos contábeis do Banco para o exercício a iniciar-se em 1 de janeiro de 2025.

*** Lei 14.467/2022 (alterada pela Lei nº 15.078/2024) – Impostos correntes e diferidos**

Com o objetivo de alinhar o tratamento tributário das mudanças contábeis oriundas da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu critérios para a dedução fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos das instituições financeiras.

No que se refere às perdas já apuradas sobre créditos inadimplidos até 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas fiscalmente até essa data, a legislação permite que sejam excluídas do lucro líquido na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL a partir de janeiro de 2026, seguindo um regime de dedução mensal de 1/84 do valor total. Alternativamente, até 31 de dezembro de 2025, as instituições poderão optar, de forma irrevogável e irretratável, pela dedução à razão de 1/120 ao mês.

O Banco estima que a aplicação da referida Lei não proporcionará impacto significativo.

18. Eventos subsequentes

O Banco promoveu uma emissão de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas para investidores institucionais em fevereiro de 2025. O montante captado foi de R$ 50,1 milhões, sendo elegível à composição do patrimônio de referência como capital complementar, em consonância com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

A DIRETORIA

CONTADOR

Hideo Antonio Kawassaki – CRC 1SP184007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e aos Administradores do
BR Partners Banco de Investimento S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do BR Partners Banco de Investimento S.A., ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BR Partners Banco de Investimento S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

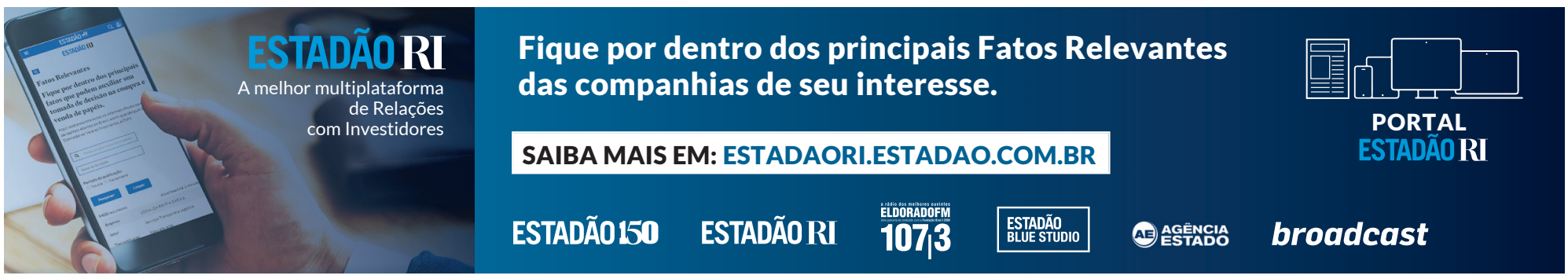
– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP
Marco Antonio Pontieri
Contador – CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br